

**ATA DA 144ª (CENTÉSIMA QUADRAGESIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA
DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIV - FUNDAÇÃO AMAZONPREV -
REALIZADA EM 11 DE OUTUBRO DE 2018.**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 11 (onze) dias do mês de outubro do ano de 2018, às 10:00 horas, na sede da Fundação Amazonprev, situada à Avenida Visconde de Porto Alegre, 486 – Centro, reuniram-se os membros do COMIV para mais uma reunião ordinária, registrando a presença dos seguintes membros: Alan Nascimento, Bruno Costa Novo, Leonardo Cavalcanti e Renízio Ferreira. **1. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS E RESULTADOS DE setembro/2018.** a) **Rentabilidade FPREV Executivo.** Conforme validado pelo atuário, a rentabilidade de setembro foi de 0,8024%, acumulando variação de 5,0498% no ano, e 6,4305% em 12 (doze) meses, frente a uma meta atuarial que corresponde ao mesmo período, na ordem de 0,9691%, 7,9595% e 10,7971%. De forma que, no mês atual a rentabilidade do FPREV Executivo ficou abaixo da meta em 0,1651% no mês, abaixo no acumulado anual em 2,6952% e abaixo em 3,9411% em 12 (doze) meses. Considerando o acumulado a partir de 2005, a Amazonprev supera a meta atuarial em 7,4366% para esses recursos. b) **Rentabilidade FPREV ALE.** Também validado pelo atuário, registra-se rentabilidade no mês de 0,6633%, no ano a rentabilidade acumulada é de 4,7914%, e em 12 (doze) meses de 5,9436%. Dessa forma, o resultado atuarial ficou com os seguintes percentuais: no mês 0,3029% abaixo da meta, no ano 2,9345% abaixo e em 12 (doze) meses abaixo da meta em 4,3505%. Considerando o período a partir de 2012, o ganho sobre a meta acumula variação de 1,0362%. b) **Rentabilidade FPREV Ministério Público Estadual – MPE / PGJ.** Em agosto/2018, registrado Rentabilidade dos recursos em 0,4652% no mês, e 2,9559% no acumulado anual, com variação em relação a meta de -0,4991% no mês, e 1,3891% negativo no acumulado anual. d) **RENTABILIDADE CONSOLIDADA AMAZONPREV.** De acordo com a avaliação do atuário, a rentabilidade consolidada em 2018 é 4,2154%, com resultado abaixo da meta em 2,26%. **2. Registro do CENÁRIO e Expectativas para o próximo período.** No Brasil, o COPOM manteve a taxa de juros em 6,5% a.a., conforme o esperado. A decisão unânime contou com a avaliação de que a atividade segue em ritmo de recuperação gradual, enquanto a inflação corrente se encontra em nível apropriado e as expectativas inflacionárias permanecem ancoradas. A respeito do cenário global, foi mantida a visão de que o ambiente é desafiador, tendo como principais riscos a normalização das taxas de juros em economias avançadas e a tensão envolvendo o comércio internacional. Diante desse quadro, o COPOM segue com a avaliação de que manter

a taxa de juros reflete o balanço de riscos prospectivo para a inflação, compatível com o processo de convergência da inflação para a meta. Ademais, o Banco Central reiterou que as condições econômicas prescrevem política monetária estimulativa. Sobre os próximos passos, o Banco Central revela sua dependência da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação. A deterioração adicional do cenário de inflação e/ou o balanço de riscos implicaria redução gradual do estímulo monetário. Espera-se que a Selic seja mantida em 6,5% a.a. até o final desse ano, mas é possível que uma piora adicional do balanço de riscos, que comprometa a ancoragem das expectativas, pode antecipar um movimento de alta gradual dos juros. Os dados econômicos confirmam a posição do COPOM quanto à recuperação gradual da economia e cenário de inflação acomodada. Em termos de atividade, o indicador mensal de atividade do Banco Central (IBC-Br) avançou 0,57% na margem, acima da nossa projeção (0,4%) e da projeção do mercado (0,2%). Comparado ao mesmo período em 2017, o crescimento foi de 2,6%, ante expansão de 1,9% em junho. Esse crescimento ocorreu a despeito da piora das pesquisas setoriais, realizadas pelo IBGE, que indicavam uma atividade mais fraca em julho, ainda como reflexo das distorções geradas pela paralisação no setor de transporte de cargas. Pode-se concluir que a recuperação em curso na economia se mantém lenta e errática. Diante desse cenário, mantém-se a projeção de crescimento em 0,4% nesse trimestre, e expansão de 1,2% no ano. A respeito da inflação, o IPCA-15 de setembro apresentou alta de 0,09%, abaixo da nossa expectativa (0,19%) e do mercado (0,18%). A média dos núcleos de inflação (exclui componentes voláteis), por sua vez, teve variação de 0,22%, ante projeção de 0,30%. Em termos anuais, o IPCA-15 desacelerou de 4,5% para 4,2% entre agosto e setembro. Para esse ano projeta-se inflação de 4,3%, abaixo da meta de 4,5%. No cenário global, a tensão comercial entre China e EUA ganhou novos contornos diante de uma segunda rodada de aumento de tarifas pelos EUA. O presidente Donald Trump anunciou uma tarifa extra de 10% sobre US\$ 200 bilhões em importações chinesas até o final desse ano. A partir de janeiro de 2019, essa tarifa será elevada para 25%. De modo geral, até momento, metade do total de US\$ 500 bilhões em produtos chineses importados pelos EUA tiveram suas tarifas aumentadas. O Primeiro-ministro da China, Li Keqiang, afirmou que a desvalorização cambial não será utilizada como instrumento de retaliação, em virtude de seus impactos negativos indiretos sobre a atividade. Por outro lado, as medidas de estímulo fiscal e monetário implementadas nos últimos meses deverão mitigar parte do efeito negativo sobre o PIB chinês no curto prazo. Para 2018, mantém-se a projeção de crescimento em 6,5%. O risco para a economia global reside na possibilidade de uma terceira rodada de tarifas, a qual teria um impacto potencial de reduzir o

crescimento chinês em 1,5 p.p. até o final de 2019. Em resumo, a tensão comercial coloca um viés de baixa para a economia global no médio prazo, em especial na China e emergentes. Nos EUA, o Banco Central (FED) elevou novamente a taxa de juros, sinalizando a continuidade do ciclo de aperto monetário. O comitê de política monetária (FOMC) elevou a taxa de juros em 25 pontos base, para o intervalo de 2,0% a 2,25% ao ano, em linha com a expectativa do mercado. A principal novidade no comunicado ficou por conta da exclusão do trecho que qualificava a condição atual da política monetária como ‘acomodatícia’. Em termos de projeções, as medianas para a taxa de juros foram mantidas para 2018, 2019 e 2020. Nesse caso, o FED trabalha com um cenário de uma alta adicional nesse ano, três altas em 2019 e mais uma alta em 2020. Pela primeira vez a divulgação da projeção de juros para 2021, a qual prevê manutenção dos juros no patamar de 3,38%. No balanço das projeções de crescimento (PIB) e inflação ao consumidor (PCE), o PIB de 2018 foi elevado de 2,8% para 3,1%, enquanto a projeção do PCE de 2019 cedeu de 2,1% para 2%. Diante do aperto do mercado de trabalho e das medidas recentes de estímulo fiscal, acredita-se que o cenário de inflação é condizente com a continuidade do aperto monetário pelo FED, com mais uma alta de juros em dezembro, e quatro altas adicionais em 2019. Na Zona do Euro, o Banco Central (BCE) manteve a política monetária, enquanto o orçamento italiano aumentou o nível de incerteza dos agentes. Conforme o esperado, o BCE manteve a taxa principal de juros em zero e a taxa de depósito negativa em 0,4% a.a. Já a taxa de empréstimos segue em 0,25% a.a. Nessa mesma linha, o programa de compra de títulos foi mantido em 15 bilhões de euros até dezembro. Em seu discurso, o presidente do BCE, Mário Draghi, fez questão de ressaltar que segue confiante com o cenário de crescimento na região, com riscos balanceados, embora reconheça o aumento da preocupação com a escalada da tensão comercial. Sem pressão inflacionária aparente nos próximos meses, e o aumento da incerteza em relação ao crescimento da região, o cenário mais provável é que Draghi deixe o comando do BCE em outubro de 2018 sem elevar os juros. O orçamento fiscal italiano para 2019, por sua vez, frustrou a expectativa do mercado. Para os próximos três anos, o governo italiano anunciou um déficit de 2,4% do PIB. O orçamento do governo anterior, em linha com a plano de redução da dívida italiana pela União Europeia (EU), compreendia um déficit de 0,8% do PIB em 2019. A expectativa do mercado era um déficit de no máximo 2% do PIB, o que em possibilitaria ao menos a estabilização da dívida. Com isso, a UE deverá rejeitar o orçamento italiano, após o seu recebimento em meados de outubro. Acredita-se que as partes chegarão a um acordo após a escalada das negociações até o final do ano e o provável rebaixamento da nota de crédito italiana pelas agências de rating nas próximas semanas. Fonte: SÍNTESE

ECONÔMICA DE SETEMBRO – BRAM. **3. ESTRATÉGIAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO.** Com o início do 2º turno das eleições presidenciais, dado que o mercado financeiro já escolheu o seu candidato, observa-se que, a medida em que os institutos de pesquisa confirmam esse candidato, o mercado reage positivamente. No entanto, permanecem as expectativas de baixo crescimento do PIB e inflação em alta para 2018, de acordo com o Relatório FOCUS de 15/10/2018. Mas já pensando em pós eleição e em 2019, com base nas expectativas de crescimento econômico nos próximos anos, para o próximo período o comitê sugere: **3.1. FPREV EXECUTIVO:** **a) Novos Recursos:** Direcionar os novos recursos para os fundos CEF IRF M1 e BB Previdenciário IDKA 2. Tal operação está alinhada ao cenário atual, pois são fundos indexados a NTN B de vencimento mais curto, além disso, ficam garantidos os limites estabelecidos na legislação vigente e a aderência à Política de Investimentos da Amazonprev. **b) Demais Recursos:** **1.** Migrar o valor total aplicado no fundo **Itaú Institucional Referenciado DI para o fundo Itaú Alocação Dinâmica**, pois tende a ter melhor desempenho no Longo Prazo devido a característica de gestão ativa do fundo. **2.** Migrar o valor de R\$ 100 milhões aplicados no fundo **BB Previdenciário IRF M1 para o fundo BB Previdenciário IMA B5+ TP**, e R\$ 100 milhões do fundo **Caixa IRF M1 para Caixa IMA B 5+ TP**, nesse caso, a operação fica alinhada ao Cenário atual, onde se observa queda acentuada da taxa de juros no mercado futuro, de forma que favorece nesse momento ativos indexados à inflação com vencimento de Longo Prazo, o sr. Alan enfatiza que os resultados dessa operação devem ser acompanhados rotineiramente junto ao Cenário, pois os ganhos devem ocorrer com os resultados das eleições e início do novo governo, podendo ser mantidos ou resgatados de acordo com o entendimento do mercado financeiro sobre o caminho da taxa de juros e o início do próximo governo. **c) Fundos de Curto Prazo.** Mantida a necessidade das aplicações em fundos de curto prazo, indexados ao CDI, para execução dos pagamentos de Folha de aposentados e pensionistas, além de eventuais despesas, tais como taxas e tarifas bancárias decorrentes dos custos de movimentação e custódia de TPF. Portanto, após análise dos produtos disponíveis, o Comitê sugere: **1. zerar posição no fundo Bradesco Federal Extra** para o FPREV Executivo; **2. Direcionar R\$ 3 milhões para o fundo Bradesco Maxi Poder Público**, que possui baixa automática otimizando o processo de pagamentos de rotina; **3. Aplicar o saldo restante no fundo Bradesco DI Premium**, que possui baixa volatilidade, diminuindo os efeitos da marcação a mercado para os fundos indexados à inflação. Todos foram de acordo. **3.2. FPREV ALE:** **a) Novos Recursos:** ratear entre os fundos Caixa Gestão Estratégica e Itaú Alocação Dinâmica II, buscando obter resultados acima do CDI no Longo Prazo através da gestão ativa desses

produtos. **3.3 FFIN EXECUTIVO E FFIN ALE:** Manter aplicação no fundo Maxi Poder Público, facilitando a operacionalização dos pagamentos das folhas de inativos e pensionistas desses órgãos. **3.4. COMPREV.** O Comitê sugere pela manutenção no fundo **Bradesco IRFM 1 Títulos Públicos**, devido à baixa volatilidade e rentabilidade compatível com o mercado, alinhada à Política de Investimentos; **3.5. Recursos da Taxa de ADM:** Manter os recursos recebidos no fundo Bradesco Maxi Poder Público, até o limite de gastos mensais, facilitando assim sua aplicação para o custeio administrativo da Amazonprev, transferindo o residual mensal para o fundo CAIXA FI Brasil IRF M1. **3.6. Outros Poderes – TCE, TJAM e MPE:** **a) Novos recursos:** aplicar os novos recursos no fundo Bradesco FI RF IRF M1 Títulos Públicos, mantendo estratégia adequada ao Cenário já comentado nos itens anteriores, além de manter os recursos pulverizados entre as instituições financeiras. Todos foram de acordo. **4. FLUXO DE CAIXA.** Registra-se Posição em 11/10/2018: **FPREV EXECUTIVO:** Total de Recursos: R\$ 3,864 bilhões, sendo Fundos de Investimento: R\$ 3,176 bilhões; TPF: R\$ 596,478 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada; Títulos CVS: R\$ 14,366 milhões e Imóveis: R\$ 64.528.000. **FPREV ALE:** Fundos de Investimento: R\$ 6,843 milhões; TPF: R\$ 2,013 milhões contabilizados pelo custo de aquisição acrescido da rentabilidade contratada. **FPREV MPE/AM:** FI: R\$ 98,105 milhões. **Total de Recursos Amazonprev:** R\$ 4,574 bilhões. **5. DELIBERAÇÃO SUPERIOR.** O Sr. Alan registrou o recebimento da Deliberação Superior de 28/09/2018, referente à ATA Comiv 143/2018, destacando que a Estratégia sugerida para o período foi acompanhada pela Diretoria. Referente a possibilidade de compra de Títulos Públicos para realização de preço médio da carteira, a Diretoria orienta realizar um levantamento abrangendo os seguintes aspectos: todos os custos, que ocorrem durante a compra, qual o documento que avaliza o Bradesco como custodiante dos títulos, realizar um comparativo, de custos com outras instituições credenciadas junto à Amazonprev e realizar procedimentos para cadastrar os intermediários, os quais serão os responsáveis em lançar as ordens nos leilões. O sr. Alan comentou que já estão sendo providenciados os cadastros junto à instituição Uniletra (opera títulos públicos para os RPPS) e XP Investimentos, sendo que a XP deve apresentar à Diretoria informações de como funciona o mercado de títulos públicos, de forma a esclarecer todo o procedimento. Ainda, registrou que o Bradesco está cadastrado junto ao Selic como banco Liquidante para as operações da Amazonprev, e que na época da abertura da conta no Selic, em 2009 aproximadamente, as operações eram liquidadas no Bradesco, na conta dos recursos do FPREV executivo. A custódia dos títulos é feita pelo Selic, e que a custódia e a liquidação podem ser alteradas. Que será providenciado o

levantamento requerido pela Diretoria. **6. NOVAS APLICAÇÕES.** O sr. Alan registra que foi encaminhado à Diretoria Parecer COMIV nº. 3256/2018 com sugestão para aplicação nos fundos das instituições Icatu e BTG Pactual, aproveitando para registrar que os produtos sugeridos estão alinhados à Política de Investimentos com propostas de gestão ativa para os produtos, o que possibilitará maior retorno no Longo Prazo. **7. PAI 2018.** O Comitê discutiu sobre os termos do Plano de Aplicações e Investimentos para 2019, cujo prazo para o envio do DPIN à SPPS expira em 31/10/2018, porém, a expectativa para o Cenário 2019 ainda é de incertezas, dado que as eleições presidenciais podem trazer fatos positivos ou negativos ao mercado financeiro para o próximo exercício, assim, a estratégia de alocação deve atender a essas possibilidades, ficando os limites de aplicação elevados em sua totalidade conforme estabelece a legislação atual. No entanto, a estratégia deve se manter alinhada às expectativas de crescimento da economia, conforme Relatório FOCUS, onde está sinalizado PIB acima de 3% em 2019, com isso, o comitê entende que é possível aumentar a alocação em Renda Variável, uma vez que se diminuam as expectativas para abertura de taxa dos títulos de inflação. Outro ponto a ser destacado no PAI 2019 é a adesão ao Pró Gestão. A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o RPPS a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do Instituto cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres. Assim, esse será um objetivo a ser perseguido pela Amazonprev no próximo exercício. **8. ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, ficando programada para o dia 13/11/2018, a próxima reunião Ordinária do Comitê, da qual eu, Alan Nascimento, coordenador do COMIV, redigi a referida Ata, que assino com os demais membros abaixo nominados.

Alan Nascimento
Coordenador do COMIV

Leonardo Cavalcanti
Membro

Bruno Costa Novo
Secretário

Renício Ferreira
Membro